

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 29 de agosto de 2025 às 08h12
Seleção de Notícias

27 de agosto de 2025

MSN Notícias | BR

Produtores de Soja do Brasil e Bayer Entram em Conflito sobre Incentivos a Multiplicadores de Sementes	3
MSN	

28 de agosto de 2025

Agência Câmara | BR

Preço alto de novos medicamentos para HIV impedem oferta pelo SUS, dizem especialistas	5
NOTÍCIAS FAVOR	

Economia & Negócios - Estadão | BR

Lula autoriza abertura de processo para aplicação da lei de reciprocidade contra os Estados Unidos	7
ELIANE CANTANHÊDE AUTOR	

Folha.com | BR

Inovação quase supera investimento em ativos físicos, diz Inpi	9
ÚLTIMAS NOTÍCIAS JULIO WIZIACK	

Jota Info | BR

A importância de uma visão econômica para a regulação das plataformas	11
JOÃO RICARDO COSTA FILHO	

Migalhas | BR

Uso de IA amplia disputas digitais e exige novos caminhos	13
MIGALHAS	

Migalhas | BR

Arbitragem na solução de conflitos empresariais: Custo ou investimento?	15
--	-----------

O Globo Online | BR

Jurisdição em disputa: tribunais enfrentam desafios de PI	20
PATROCINADO DINO	

29 de agosto de 2025

O Globo | BR

Contra tarifaço, Lula autoriza uso da Lei de Reciprocidade	22
ECONOMIA	

Produtores de Soja do Brasil e Bayer Entram em Conflito sobre Incentivos a Multiplicadores de Sementes

A Aprosoja, associação que representa produtores de soja do Brasil, solicitou ao órgão antitruste brasileiro que concluisse formalmente uma análise pendente de um caso que questiona a legalidade dos "incentivos à multiplicação" de sementes oferecidos por uma empresa de biotecnologia a seus parceiros comerciais.

De acordo com uma petição pública apresentada em meados de agosto ao Cade, a Aprosoja Brasil expressou especificamente sua preocupação com relação ao prazo para a emissão de um parecer final pelo superintendente-geral do órgão sobre o caso. Leia também Forbes Agro Área Plantada com Soja no Paraná em 2025/26 Deve Crescer 1%, Aponta Deral Forbes Agro Safra de Trigo Começa a Ser Colhida no Paraná e Vem com Produtividade em Alta Forbes Agro Coamo Investirá R\$3 Bi na Construção de Porto em Santa Catarina Forbes Agro IGC Vê Produção Mundial de Milho em Recorde com Impulso da Safra dos EUA Forbes Agro China Aloca 1,1 Bilhão de Iuanes para Apoiar Produção de Grãos Forbes Agro Ucrânia Aumenta Previsão de Safra de Grãos a 56 Milhões de Toneladas em 2025

O último movimento significativo ocorreu em setembro de 2023, quando o Departamento de Estudos Econômicos do Cade concluiu que "a concessão de breeding incentives provocou a diminuição do número de cultivares desenvolvidos com tecnologia alternativa" ao Roundup Ready da Bayer, de acordo com informações públicas.

Dois meses depois, a superintendência do Cade concluiu estudos adicionais que corroboraram as con-

clusões do departamento.

"O caso está maduro", disse Amanda Oliveira, advogada que representa a Aprosoja perante o Cade, à Reuters.

Em seu pedido, a Aprosoja solicita que o SG emita suas recomendações finais, permitindo que o assunto seja julgado pelo tribunal do Cade.

Oliveira disse que os sojicultores temem que a demora ocasione a chamada "prescrição intercorrente", impedindo a resolução efetiva do caso pelo Cade.

O órgão antitruste não quis comentar.

Em um comunicado, a Bayer defendeu seu programa de incentivos aos multiplicadores que desenvolvem germoplasma, ou **recursos** genéticos, adaptados às biotecnologias que ela cria.

Os contratos assinados pela Bayer que incluíam os chamados breeding incentives foram "submetidos, escrutinizados, ajustados e aprovados pelo Cade em uma série de Atos de Concentração entre 2013 e 2016", acrescentou.

A Bayer, que concluiu a aquisição da Monsanto em 2018, disse que suas biotecnologias de soja ajudaram os agricultores a aumentar a produtividade no Brasil, o maior produtor e exportador mundial da oleaginosa.

"O sojicultor tem uma variedade enorme de opções

Continuação: Produtores de Soja do Brasil e Bayer Entram em Conflito sobre Incentivos a Multiplicadores de Sementes

de sementes de outras empresas e coube, exclusivamente a eles, decidirem qual variedade de soja e qual tecnologia se adequa melhor às suas necessidades", disse a Bayer. Escolhas do editor Escolhas do editor Lista Forbes Bilionários Brasileiros 2025 É Destaque da Nova Edição da Revista Escolhas do editor Lideranças de Tecnologia Celebram os Melhores CIOs do Brasil no Forbes Power Lunch

Escolhas do editor Este Uísque de 46 Anos Pode Alcançar US\$ 400 Mil em Leilão Carreira Quiet Cracking: Como Fenômeno Silencioso Prejudica a Produtividade e o Engajamento Escolhas do editor Os Restaurantes Mais Difíceis de Reservar no Mundo Escolhas do editor Produtor de Água Faz um Império a Partir de uma Fonte

Preço alto de novos medicamentos para HIV impedem oferta pelo SUS, dizem especialistas

NOTÍCIAS

Entre as sugestões para resolver o problema está a quebra das patentes e a produção por laboratórios públicos

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados

Em debate na Câmara dos Deputados sobre a incorporação de novos medicamentos de ação prolongada para combater o HIV/Aids, participantes afirmaram nesta quinta-feira (28) que os preços atuais inviabilizam a oferta pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Atualmente, existem duas medicações injetáveis de efeito prolongado, tanto para tratamento quanto para prevenção do HIV: o cabotegravir e o lenacapravir.

A advogada da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids, Susana van der Ploeg, destacou que, nos Estados Unidos, o cabotegravir para uso em terapia de pré-exposição custa 22 mil dólares por ano, por pessoa. No Brasil, já registrado na Anvisa, o medicamento é vendido apenas em farmácias a R\$ 4 mil por dose. A aplicação é feita a cada dois meses, em combinação com dois medicamentos orais.

Quanto ao lenacapravir, ainda em processo de registro na Anvisa, o custo anual para uso preventivo nos Estados Unidos chega a 27 mil dólares por pessoa. A aplicação é feita a cada seis meses, tanto para prevenção quanto para tratamento.

Para garantir o acesso no SUS, Susana defendeu a **quebra** de patentes. "O maior obstáculo que a gente tem não é científico nem tecnológico, é político. Ga-

rantir acesso justo ao lenacapravir depende de enfrentar os monopólios, usar as flexibilidades legais e priorizar a saúde pública sobre os lucros."

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados

Custos

Segundo a advogada, estudos recentes mostram que o custo de produção e comercialização do cabotegravir varia entre 60 dólares e 120 dólares, enquanto o lenacapravir poderia ser vendido entre 25 dólares e 40 dólares. Ela lembrou ainda que o desenvolvimento dessas tecnologias pela farmacêutica Gilead contou com financiamento do governo dos Estados Unidos.

Autora do pedido para a audiência, a deputada Erika Kokay (PT-DF) relatou que São Paulo registrou queda de 54% nos casos de HIV após a adoção da terapia preventiva oral, já disponível no SUS. Mas destacou que, nessa modalidade, em que os usuários precisam tomar comprimidos diariamente, há desistência de cerca de 35%. As novas drogas de ação prolongada evitariam esse problema.

Diante das restrições orçamentárias e do alto preço dos medicamentos, a deputada afirmou que seguirá negociando com o governo. "Se for o caso, vamos discutir a **quebra** de patente para produzir os genéricos necessários. Não é possível submeter uma conquista para a saúde e a vida das pessoas ao lucro", disse a deputada.

A diretora do Programa Conjunto das Nações Unidas

Continuação: Preço alto de novos medicamentos para HIV impedem oferta pelo SUS, dizem especialistas

sobre HIV/Aids no Brasil, Andrea Boccardi Vidarte, informou que o Ministério da Saúde lidera negociações com a Gilead para viabilizar a produção das novas drogas em laboratórios públicos. Um dos obstáculos, segundo ela, é que a empresa não in-

formou o preço que pretende praticar no Brasil, o que impede um acordo.

Reportagem - Maria Neves Edição - Geórgia Moraes

Lula autoriza abertura de processo para aplicação da lei de reciprocidade contra os Estados Unidos

BRASÍLIA - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva autorizou e o Itamaraty acionou a Câmara de Comércio Exterior (Camex) para iniciar consultas, investigações e medidas com vistas à aplicação da Lei da Reciprocidade Econômica contra os Estados Unidos, como resposta ao tarifaço de 50% que atinge setores e produtos brasileiros.

Assim que a Camex acusar recebimento do pedido, o Itamaraty comunicará a decisão oficialmente ao governo Donald Trump, o que pode ocorrer em dias, ou até horas, às vésperas, portanto, do início do julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro, por tentativa de golpe, no Supremo Tribunal Federal (STF).

Lula autoriza abertura de processo para aplicação da lei de reciprocidade contra os Estados Unidos Foto: Wilton Junior/Estadão

A Lei de Reciprocidade Econômica, sancionada por Lula em abril, permite que o País responda a medidas unilaterais adotadas por países ou blocos econômicos que impactem negativamente a competitividade internacional brasileira. A adoção das contramedidas deve buscar minimizar o impacto sobre a atividade econômica e evitar custos administrativos desproporcionais.

As respostas podem ser:

Imposição de tarifas, taxas extras ou restrições sobre importações de bens e serviços de um país; Suspensão de concessões comerciais e de investimentos; Suspensão de obrigações relativas a direitos de **propriedade** intelectual. "A Lei da Reciprocidade do Brasil equivale à Seção 301 dos EUA, foi aprovada pelo Congresso com apoio de todas as tendências ideológicas, contém rito e prazos, sem arbitrariedades, e visa defender o interesse nacional", justificou o chanceler Mauro Vieira ao Estadão, tentando evitar um clima de guerra, dando um

caráter técnico e formal à iniciativa e defendendo a abertura de diálogo e negociações com o governo norte-americano.

Vieira consultou o presidente Lula sobre o uso da Lei da Reciprocidade na sexta-feira passada, durante viagem à Colômbia, e combinou o início do processo na última terça-feira, quando o tema foi tratado também com outros ministros, à parte da segunda reunião ministerial do ano.

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, que está no México, participou ativamente da decisão e foi avisado do envio do ofício à Camex na tarde desta quinta-feira, 28, por telefone.

O governo brasileiro vinha negando sistematicamente a intenção de usar a Lei da Reciprocidade, inclusive em contatos com setores privados, mas decidiu que só abrindo essa frente haverá alguma chance de início de diálogo e negociação com os EUA - que, até agora, têm agido unilateralmente e fechado portas e ouvidos para as ponderações e argumentações do Brasil.

Lula, Alckmin e Vieira concluíram que não sobraram alternativas a não ser recorrer a um instrumento legal, legítimo e equivalente à Seção 301, usada por Trump para investigar práticas comerciais do Brasil e até Pix, desmatamento e a Rua 25 de Março, em São Paulo. Assim como o Brasil respondeu aos questionamentos civilizadamente, em mais de 80 páginas, espera que os EUA aja agora da mesma maneira. Trump, porém, é considerado "imprevisível".

A expectativa é de que Trump finalmente abra espaço para conversas e um acordo quanto às tarifas, mas a decisão de Lula é clara: se isso não ocorrer, o Brasil irá até o fim, até a efetiva aplicação da Lei da Reciprocidade.

Continuação: Lula autoriza abertura de processo para aplicação da lei de reciprocidade contra os Estados Unidos

Se cumpridos todos os ritos e prazos máximos, inclusive de consulta da Camex aos ministérios envolvidos, como Desenvolvimento, Agricultura e Ciência e Tecnologia, a aplicação da Lei só deverá ocorrer em 210 dias a partir desta quinta-feira. Não significa, porém, que os prazos não possam ser reduzidos.

Além da Lei de Reciprocidade, aprovada no contexto de negociações com a União Europeia, e sob a liderança da senadora Tereza Cristina, ex-ministra da Agricultura do governo Bolsonaro, o Brasil também abriu consultas formais no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) contra o tarifação de Trump, num processo que pode chegar à abertura de um painel para cobrança de explicações a Washington.

O recurso à OMC, porém, tem peso mais político do que prático, diante do enfraquecimento da própria organização e dos demais organismos multilaterais na era Trump. Numa terceira frente, a Advocacia-Geral da União (AGU) contratou um escritório de advocacia nos EUA para defender o País do tarifação.

Em reunião com o seu correspondente em Was-

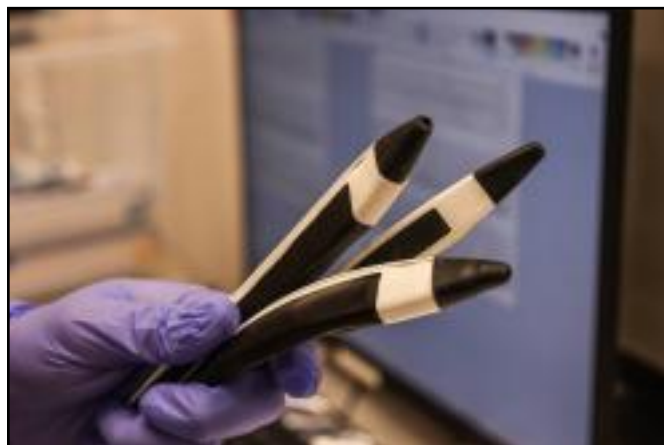
hington, o chefe do Departamento de Estado Marco Rubio, Mauro Vieira já havia lembrado que o Brasil é deficitário nas relações comerciais com os EUA e tem um regime democrático que respeita o devido processo legal e a independência entre os Poderes.

Advertiu, assim, que não há qualquer possibilidade de negociação com base no processo de Bolsonaro, pois o presidente Lula, "além de não querer", está impedido pela Constituição de intervir em outro poder, como chegou a exigir Trump em carta a Lula pelas redes sociais, considerada não recebida pelo Itamaraty.

Autoridades brasileiras negam, porém, que haja uma conexão direta entre o "timing" da deflagração de providências para o uso da Lei da Reciprocidade contra os EUA e o início do julgamento do "núcleo crucial" da tentativa de golpe de Estado, marcado para a próxima terça-feira, 2, que poderá levar o ex-presidente Bolsonaro à condenação e à prisão definitiva. Segundo essas pessoas, são dois processos totalmente independentes - apesar da insistência de Trump de condicionar uma coisa à outra.

Inovação quase supera investimento em ativos físicos, diz Inpi

ÚLTIMAS NOTÍCIAS



Relatório mostra que economia digital, pesquisa e desenvolvimento empata em investimento feito em maquinários e fábricas

Brasília

Ativos intangíveis, como marcas e patentes, já respondem por quase metade (47%) do investimento no país. É o que afirma o economista-chefe do **Inpi** (Instituto Nacional da Propriedade Industrial), Rodrigo Vieira Ventura.

Os dados, compilados a partir de um estudo do órgão, central de registro da **propriedade** intelectual no país, apontam uma virada das empresas, que hoje quase investem mais em inovação do que em ativos físicos.

Tecnologia em ensaios clínicos no hospital Albert Einstein para detectar características de câncer e orientar tratamento

-

Apesar da grande concentração no eixo Sul-Sudeste,

abpi.empauta.com

estados de outras regiões vêm se destacando como grandes polos desse tipo de investimento.

A nova edição do Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento (IBID), um mapa completo da inovação no Brasil, mostra, por exemplo, que o Amazonas foi o estado que mais ganhou posições entre 2024 e 2025, passando da 20ª para a 17ª posição.

O relatório será divulgado nesta sexta (29) durante o Startup Summit, em Florianópolis (SC).

De acordo com o ele, nos últimos dez anos, houve uma leve desconcentração das atividades inovadoras e diversos estados reduziram a distância para São Paulo (líder do ranking), especialmente nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Santa Catarina e Paraná, dois dos estados que mais investiram em inovação na última década, reduziram essa diferença com o líder em seis pontos percentuais.

Entenda o ranking

Em números absolutos, São Paulo manteve a liderança do ranking, com pontuação de 0,872 numa escala de 0 a 1, equivalente a 3,1 vezes a média do país.

Em seguida, aparecem Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, compondo o grupo das seis economias que ficaram acima da média nacional (0,368).

"Há uma estabilidade na dinâmica territorial da inovação no Brasil, mas ocorre um avanço expressivo de

Continuação:
Inovação quase supera investimento em ativos físicos, diz Inpi

regiões fora do eixo tradicional", disse Ventura.

MS 0,234

Segundo ele, além de São Paulo (Sudeste) e Santa Catarina (Sul), os líderes regionais são os seguintes: Amazonas (Norte), Rio Grande do Norte (Nordeste) e Distrito Federal (Centro-Oeste).

MT 0,220

RN 0,207

PE 0,201

Segundo Ventura, os investimentos em ativos intangíveis já correspondem a 8,5% do PIB, mas esse movimento não é captado pelo IBGE.

CE 0,198

PB 0,181

"Esses investimentos crescem a um ritmo de 0,8 ponto percentual ao ano, enquanto os investimentos em ativos físicos vêm caindo 2 pontos percentuais ao ano", afirmou Ventura.

BA 0,181

AM 0,181

Segundo o economista, a inovação já é um motor da economia, maior que o agronegócio, que responde por 8% do PIB, e o ramo da extração mineral, que representa 5,5% da geração de riqueza do país.

PI 0,178

SE 0,175

TO 0,166

O RANKING DA INOVAÇÃO

RO 0,161

SP 0,872

PA 0,154

SC 0,449

AP 0,154

PR 0,413

RR 0,150

RJ 0,410

AL 0,148

RS 0,398

MA 0,127

MG 0,368

AL 0,122

DF 0,291

Com Stéfanie Rigamonti

ES 0,2666

GO 0,251

A importância de uma visão econômica para a regulação das plataformas



Compreensão da relação entre dados e ideias pode ajudar a entender o que está em jogo em temas regulatórios complexos

"Não podemos criar o que não conseguimos imaginar" é uma conhecida frase da poeta afro-americana Lucille Clifton, mas poderia ter saído da boca de um professor de economia para explicar os desafios de regular o digital. Quando pensamos em plataformas, os aplicativos de mobilidade e as redes sociais possuem naturezas, dinâmicas e estruturas diferentes - uma diversidade que a regulação deve considerar. O que todas têm em comum são dois fatores: dados e ideias.

Dados não são o novo petróleo

Vamos começar pelos dados. Uma das grandes diferenças nos mercados do século 21 está no armazenamento dos dados que resultam das nossas escolhas e características. Não é que antes essas informações não existissem ou não fossem importantes, longe disso, mas com os avanços tecnológicos, hoje há capacidade de coletar, armazenar e processar um volume antes impensável. E isso mudou o jogo. Mudou mercados, criou mercados, alterou empresas e práticas comerciais.

Charles Jones e Christopher Tonetti, em artigo pu-

blicado na *American Economic Review* em 2020, intitulado "Nonrivalry and the Economics of Data", ajudam a compreender a economia dos dados. O conceito econômico mais importante - e que faz toda a diferença - é a chamada "não rivalidade". O que isso significa?

Quando tomamos um sorvete, por exemplo, a rivalidade no consumo existe porque eu não posso tomar o mesmo sorvete que você (você até pode comprar um sorvete igual ao meu, mas não é exatamente o mesmo). Um exemplo na direção oposta pode ajudar: segurança nacional. Dentro do país, o fato de você ser protegida pelas nossas forças armadas não impede que eu também o seja e, portanto, não impacta a minha satisfação em ser protegido. Assim, a segurança nacional é um bem não rival.

A rivalidade pode se manifestar também nos fatores de produção. Quando recruto as horas trabalhadas de alguém, utilizo um computador ou uma máquina, nenhuma outra empresa pode utilizá-los. Mas com os dados, é diferente: as empresas podem utilizar, simultaneamente, os mesmos dados sobre os nossos hábitos e características (por meio, por exemplo, de algoritmos de *machine learning*) como insumo produtivo.

Essa natureza dos dados traz uma oportunidade: ao, por exemplo, dobrarmos a quantidade de trabalhadores, máquinas e equipamentos utilizados por uma empresa, é possível mais que dobrar a sua produção. Isso é o que os economistas chamam de "retornos crescentes de escala". O mesmo não ocorre com outros fatores: cada litro adicional de petróleo contribui de maneira decrescente para o crescimento da empresa. E por mais que isso pareça repetitivo falar em pleno 2025, é exatamente por isso que precisamos sempre lembrar: dados não são o novo petróleo. Nunca foram.

Continuação: A importância de uma visão econômica para a regulação das plataformas

Ideias: um conhecimento livre?

Agora vamos falar sobre as ideias. Ideias são conjuntos de instruções utilizadas para produzir um bem econômico, enquanto os dados seriam as demais formas de informação. Por exemplo, o algoritmo que utiliza as nossas informações para oferecer uma experiência diferenciada em um site é uma ideia, ao passo que os seus hábitos de consumo capturados por meio de identificadores digitais são dados.

Ideias também são não rivais e, desde o artigo seminal de Paul Romer, "Endogenous Technological Change", publicado em 1990 no *Journal of Political Economy*, a literatura tem estudado o papel das ideias como um dos principais motores do crescimento econômico. Mas há uma esfera importante e que separa, ao menos parcialmente, ideias de dados: podemos excluir quem não queira pagar pelos dados (assim como com um sorvete).

Mas com as ideias é diferente: uma vez disseminadas, a sua utilização não é balizada pelo pagamento por elas. Ou seja, o livro que contém a ideia é excludente, assim como o computador do engenheiro que desenhou um novo processo produtivo, mas uma vez de posse de ambos, a utilização das ideias torna-se livre.

Essa característica das ideias também ajuda a entender debates que marcaram a própria história da internet. Autores como Lawrence Lessig, em *Free Culture* (2004), e Yochai Benkler, em *The Wealth of Networks* (2006), mostraram como a circulação livre de conhecimento e cultura sempre foi um motor de inovação e colaboração, reforçando os chamados "retornos crescentes de escala". Não por acaso, durante anos a sociedade civil reivindicou uma rede mais aberta e colaborativa, na qual o livre fluxo de informações e criações fosse entendido não como ameaça, mas como combustível para crescimento e inclusão social.

E por que tudo isso importa?

Compreender economicamente como funcionam dados e ideias é fundamental para pensar a regulação de plataformas no Brasil. Muitos dos impasses regulatórios decorrem justamente de não sabermos quando estamos lidando com ativos que precisam de controle de acesso e proteção e quando estamos diante de bens cujo valor depende da circulação e recombinação.

No debate sobre dados sensíveis, esse conflito surge quando percebemos que, embora as pessoas não queiram seus dados expostos, muitos aceitariam contribuir com pesquisas para tratamento e prevenção de doenças.

Isso também tem a ver com a discussão sobre **direitos** autorais no PL 2338/2023 sobre inteligência artificial, em que se discute se ideias extraídas de obras podem ser livremente usadas para treinar algoritmos, sem discutir o que está sendo protegido e o que está sendo circulado.

No campo concorrencial, ao mesmo tempo em que acesso privilegiado a bases de dados pode reforçar barreiras de entrada, modelos de negócio digitais produzem ganhos coletivos ao permitir a circulação de ideias e que surjam novas atividades a partir dessas plataformas.

No fundo, o que está em jogo é imaginar coletivamente os caminhos da economia digital. Voltando para Lucille Clifton: se só criamos o que conseguimos imaginar, precisamos também garantir que dados e ideias circulem de forma aberta e responsável e, assim, garantir que a imaginação coletiva continue a gerar desenvolvimento e inclusão.

Uso de IA amplia disputas digitais e exige novos caminhos



Especialistas apontam que as soluções tradicionais estão se mostrando inadequadas frente às novas realidades impostas por essa tecnologia.

Plataformas online IA amplia disputas digitais e exige novos caminhos, dizem especialistas. Especialistas apontam que as soluções tradicionais estão se mostrando inadequadas frente às novas realidades impostas por essa tecnologia. Da Redação quinta-feira, 28 de agosto de 2025 Atualizado às 15:01 Compartilhar Comentar Siga-nos no A A

O uso crescente de IA em conteúdos online tem gerado um novo tipo de litígio entre empresas: disputas sobre **direitos** autorais, vieses algorítmicos e decisões automatizadas. A avaliação é da advogada Clara Affeld, diretora-adjunta da CDD - Câmara de Solução de Disputas relativas a Direito Digital da **ABPI** - Associação Brasileira da Propriedade Intelectual, que participou do evento "AI Regulation and Dispute Resolution: The European perspective and what to expect in Brazil", ao lado de Aurélien Boucher, sócio de TI e dados do escritório francês hw&h Avocats & Rechtsanwalt.

Durante o encontro, Clara comparou o EU AI Act, regulamento pioneiro na Europa que estabelece uma abordagem baseada em classificação de risco para sistemas de IA, com o PL 2338/23, em tramitação no Brasil. Ambos adotam modelos de risco para regular a IA, mas o projeto brasileiro se distingue por permitir maior flexibilidade regulatória e tratar de forma

mais específica temas como **direitos** autorais.

A advogada afirmou que esse ambiente legislativo em evolução tem contribuído para o surgimento de disputas complexas que, segundo ela, os métodos extrajudiciais - como **mediação** e **arbitragem** - estão mais bem preparados para enfrentar.

IA em conteúdos online gera disputas sobre autoria, vieses e decisões, aponta Clara Affeld da CDD-**ABPI** E>.(Imagem: Freepik)

"Eles permitem a seleção de mediadores e árbitros com conhecimento jurídico e técnico em IA, facilitando soluções ágeis e flexíveis, como ajustes em algoritmos", disse Clara.

No mercado europeu, Aurélien Boucher explicou que usuários insatisfeitos com decisões de moderação de conteúdo em plataformas online podem recorrer a órgãos certificados para a resolução extrajudicial de disputas, com base no art. 21 do DSA - data services act. Segundo ele, essa previsão traz benefícios porque os métodos alternativos de resolução oferecem processos mais rápidos e acessíveis, especialmente para pessoas físicas e pequenas empresas. Além disso, contribuem para reduzir tensões e riscos legais ao incentivar o diálogo entre usuários e plataformas. No entanto, Boucher alerta que ainda existem desafios quanto à efetividade da medida, já que há poucos órgãos certificados e faltam mecanismos para execução das decisões.

Segundo a diretora-adjunta da CDD-**ABPI**, esses métodos trazem benefícios para disputas sobre IA:

"Há profissionais com especialização técnica, capazes de traduzir as nuances dessas novas tecnologias em soluções eficazes. Além disso, os casos são analisados com mais rapidez, um critério fundamental diante da evolução contínua da tecnologia.

Continuação: Uso de IA amplia disputas digitais e exige novos caminhos

Vale destacar ainda a confidencialidade, que preserva segredos comerciais. Por fim, as soluções são mais criativas, como a correção ou adaptação dos sistemas em vez da mera aplicação de penalidades", avaliou.

Clara observou também que, mesmo sem citar explicitamente **mediação** ou **arbitragem**, o PL 2338/23 cria um terreno favorável para esses métodos ao prever direitos como explicação, revisão e contestação de decisões automatizadas.

Para acompanhar esse cenário, ela reforçou a necessidade de uma regulação flexível, capaz de acompanhar a evolução da tecnologia, com capacitação dos órgãos reguladores, participação dos setores público e privado, da academia e da sociedade civil, além da criação de ambientes de teste regulatório (sandboxes), que permitam avaliar e ajustar as normas.

Arbitragem na solução de conflitos empresariais: Custo ou investimento?



A **arbitragem** reduz tempo, custos e riscos em litígios empresariais, sendo alternativa estratégica ao Judiciário.

Arbitragem na solução de conflitos empresariais: Custo ou investimento? Wagner José Penereiro Armani e Jansonn Mendonça Batista A **arbitragem** reduz tempo, custos e riscos em litígios empresariais, sendo alternativa estratégica ao Judiciário. quinta-feira, 28 de agosto de 2025 Atualizado em 27 de agosto de 2025 14:47 Compartilhar ComentarSiga-nos no A A

A inclusão de cláusulas compromissórias em contratos empresariais é frequentemente acompanhada de um pré-conceito: o custo. Entretanto, pode-se afirmar que é justamente esse fator que legitima a adoção da **arbitragem** como método de solução de conflitos.

Instituída pela lei 9.307/96, a **arbitragem** constitui meio privado de resolução de litígios envolvendo direitos patrimoniais disponíveis, por meio do qual as partes optam por submeter suas controvérsias a árbitros especializados, em substituição ao Poder Ju-

dicário. A escolha não se limita à definição de um foro alternativo, mas representa estratégia voltada à preservação da saúde econômica das relações negociais.

Em um cenário de crescente complexidade nas relações empresariais, a busca por mecanismos céleres e técnicos de solução de controvérsias configura prioridade estratégica. Nesse contexto, a **arbitragem** assume papel de destaque - especialmente em disputas contratuais e societárias, nas quais o tempo e a especialização técnica exercem influência determinante sobre o resultado.

Afinal, tempo é recurso econômico relevante.

Arbitragem e o debate sobre custos

A avaliação de custos constitui elemento inerente às decisões empresariais, devendo ser considerada em perspectiva comparativa: de um lado, os valores despendidos em um procedimento arbitral; de outro, os custos diretos e indiretos de uma ação judicial que pode se estender por vários anos.

Tomando-se como referência um valor de causa de R\$ 7.404.000,00, observa-se que, no TJ/SP, a taxa judiciária corresponde a 1,5% do valor da causa, limitada a 3.000 UFESPs. Considerando a UFESP fixada em R\$ 37,02 para 2025, o montante das custas iniciais perfaz R\$ 111.060,00. Para o preparo de apelação, a incidência é de 4% do valor atualizado, igualmente limitada a 3.000 UFESPs, resultando no teto de R\$ 111.060,00. Assim, o custo total pode alcançar R\$ 222.120,00.1

No TJ/RJ, a taxa judiciária é estabelecida, em regra, no percentual de 3% do valor da causa, observados os limites mínimos de R\$ 427,57 e máximo de R\$ 80.763,60. Para causas de maior expressão econômica, como a aqui considerada, aplica-se o teto

Continuação: Arbitragem na solução de conflitos empresariais: Custo ou investimento?

máximo. O preparo da apelação, fixado em 2% do valor da causa, também está sujeito ao mesmo limite máximo, o que resulta em um custo global de R\$ 161.527,20.2

Já no TJ/RS, a Taxa Única de Serviços Judiciais corresponde, em regra, a 2,5% do valor da causa, limitada a 1.000 URCs (Unidades de Referência de Custas). No exemplo considerado, o cálculo resultaria em R\$ 185.100,00, porém, em razão do teto, aplica-se o limite de 1.000 URCs. Considerando o valor da URC fixado em R\$ 55,75 para agosto de 2025, o custo efetivo é de R\$ 55.750,00. Para o preparo da apelação, a taxa é de 1% do valor da causa, limitada a 300 URCs, o que corresponde a R\$ 16.725,00. O custo total no TJRS, portanto, alcança R\$ 72.475,00, evidenciando significativa diferença em relação aos demais tribunais.3

Na sequência, é possível comparar tais valores com aqueles praticados em três câmaras arbitrais de referência.

Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CBC)4

Estrutura

Requerente

Requerido

Árbitro Único

R\$ 143.150,00

R\$ 137.650,00

Tribunal Arbitral (3 árbitros)

R\$ 241.000,00

R\$ 235.500,00

Total aproximado: R\$ 280.800,00 (árbitro único) / R\$ 476.500,00 (3 árbitros)

Câmara do Mercado (B3)5

Estrutura

Requerente

Requerido

Árbitro Único

R\$ 59.500,00

R\$ 59.500,00

Tribunal Arbitral (3 árbitros)

R\$ 83.500,00

R\$ 83.500,00

Total aproximado: R\$ 119.000,00 (árbitro único) / R\$ 167.000,00 (3 árbitros)

CAMES - Câmara de **Mediação** e **Arbitragem** Especializada6

Estrutura

Requerente

Requerido

Árbitro Único

R\$ 76.000,00

R\$ 74.000,00

Tribunal Arbitral (3 árbitros)

R\$ 178.000,00

Continuação: Arbitragem na solução de conflitos empresariais: Custo ou investimento?

R\$ 176.000,00

Total aproximado: R\$ 150.000,00 (árbitro único) /
R\$ 354.000,00 (3 árbitros)

Assim, a partir dos dados obtidos junto aos três tribunais mencionados (TJ/SP, TJ/RJ e TJ/RS) e das três câmaras arbitrais consideradas (CAM-CCBC, Câmara do Mercado e CAMES), é possível estabelecer uma comparação estimada dos custos de processamento das demandas.^{7 8}

Importante esclarecer que os valores apresentados foram calculados a partir de critérios específicos. No caso do Poder Judiciário, os custos considerados na coluna relativa ao "Tribunal Colegiado" incluem, além das custas iniciais, o preparo de apelação, uma vez que o sistema judicial admite recursos ordinários em regra. Já no âmbito da **arbitragem**, a coluna referente ao "Tribunal Arbitral" reflete a constituição de um painel composto por três árbitros, em contraposição ao cenário de árbitro único.

Cumprе salientar, ainda, que os tribunais arbitrais, em regra, não preveem a interposição de recursos contra a sentença arbitral, prevalecendo o princípio da definitividade da decisão. Nesse contexto, as diferenças de custo entre árbitro único e tribunal arbitral decorrem exclusivamente da estruturação do órgão julgador e dos honorários correspondentes.

Adicionalmente, não foram incluídas no comparativo despesas acessórias, como perícias, intimações, deslocamentos ou custas com cartas precatórias. Também não se computaram os honorários sucumbenciais, devidos no processo judicial segundo os arts. 82 e 85 do CPC, mas variáveis no procedimento arbitral, em que sua incidência e extensão decorrem da convenção das partes ou do regulamento aplicável.

Tempo: o fator que mais pesa

A análise meramente financeira não contempla o

maior diferencial da **arbitragem**: o tempo.

A morosidade judicial, somada à complexidade de determinados litígios empresariais, pode prolongar um processo por vários anos - em especial quando envolvidas perícias técnicas, múltiplas partes ou questões sensíveis como cláusulas de não concorrência, operações de M&A e disputas societárias.

Nesse intervalo, os custos indiretos relacionados à insegurança jurídica e à imprevisibilidade do passivo tendem a superar, em larga medida, os dispêndios de um procedimento arbitral.

Segundo a CAM-CCBC, a média de duração de seus procedimentos é de 26,5 meses (dados de 2024⁹). Na Câmara do Mercado (B3), a média é ainda menor: 19,5 meses entre a assinatura do termo de **arbitragem** e a sentença final (dados de 2022¹⁰).

Já o CNJ, no relatório Justiça em Números 2024, informa que a média de duração de processos judiciais (excluídas execuções fiscais) é de 37 meses - podendo ultrapassar 51 meses quando consideradas todas as ações (dados de 2024¹¹).

O quadro comparativo evidencia uma economia temporal de aproximadamente dez meses entre os procedimentos arbitrais e os judiciais.

Verifica-se que o prazo de solução de conflitos por meio da **arbitragem** mostra-se significativamente inferior ao trâmite médio de ações judiciais no Brasil. Ressalte-se, ainda, que os litígios submetidos à **arbitragem** são, em grande parte, complexos e especializados, abrangendo disputas societárias, operações internacionais, contratos empresariais e outras matérias de elevada relevância econômica.

Outros benefícios estratégicos

A confidencialidade inerente ao procedimento arbitral constitui atrativo relevante para organizações que buscam resguardar sua reputação e informações

estratégicas.

A possibilidade de escolha de árbitros com especialização no tema em disputa e reconhecida atuação no meio jurídico agrega maior segurança e previsibilidade ao resultado. Soma-se a isso a redução de incidentes processuais e a ausência de um sistema recursal amplo, características que mitigam a morosidade e evitam a multiplicação de litígios, permitindo que o foco permaneça na efetiva solução do conflito.

Conclusão

A **arbitragem** não constitui solução exclusiva, mas representa instrumento robusto à disposição dos agentes econômicos. Quando prevista de forma planejada em cláusulas contratuais, revela-se mecanismo apto a reduzir tempo de tramitação, riscos e a exposição decorrente de litígios que podem comprometer a continuidade das atividades empresariais.

Deve-se destacar que a sentença arbitral é definitiva e irrecorrível, conforme dispõe o art. 18 da lei 9.307/1996, e possui a mesma eficácia da sentença judicial, nos termos do art. 31 do mesmo diploma. No plano internacional, a Convenção de Nova Iorque de 1958¹² reforça a executividade e o reconhecimento das sentenças arbitrais estrangeiras, ampliando a utilidade do instituto em operações transnacionais.

Outro ponto relevante refere-se aos honorários sucumbenciais, previstos nos arts. 82 e 85 do CPC, devidos como regra no processo judicial, mas passíveis de flexibilização na **arbitragem** conforme convenção entre as partes ou regulamento aplicável.

Nesse contexto, a **arbitragem** deve ser compreendida não como um luxo, mas como investimento estratégico e racional, capaz de devolver às partes maior controle sobre variáveis essenciais do processo decisório: tempo, custos e especialização do julgador. Tais elementos assumem papel ainda

mais relevante em um ambiente marcado pela competitividade e pela globalização.

A definição do foro adequado para a solução de controvérsias deve, portanto, ser analisada desde a fase de negociação contratual, como parte integrante da gestão de riscos do negócio. A escolha entre **arbitragem** e Poder Judiciário não deve ser vista apenas sob a ótica do custo imediato, mas como decisão estratégica, com impactos diretos sobre a eficiência, a segurança jurídica e a preservação da atividade empresarial.

1 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Índices e Tabelas - Taxa Judiciária. Disponível em: <https://www.tjsp.jus.br/IndicesTaxasJudiciarias/DespesasProcessuais/TaxaJudiciaria>. Acesso em: 23 ago. 2025.

2 "X. Taxa Judiciária calculada, em regra, à razão de 3% (três por cento) sobre o valor do pedido, com a mínima de R\$ 427,57 (quatrocentos e vinte e sete reais e cinquenta e sete centavos) e a máxima de R\$ 80.763,60 (oitenta mil, setecentos e sessenta e três reais e sessenta centavos), observando-se, ainda, os itens IV e V desta Portaria e os artigos 112 a 146 do Código Tributário Estadual do Estado do Rio de Janeiro. Ainda no âmbito da regra geral, o parágrafo único do art. 118 do referido Código estabelece que o valor da taxa judiciária será de 2% (dois por cento) nas causas em que a parte comprovar documentalmente ter se valido, previamente ao ajuizamento da demanda, para tentativa de composição, do Centro Judiciário de Solução Consensual de Conflitos e Cidadania ou de plataformas de resolução de conflitos oficialmente reconhecidas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro." (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Portaria CGJ nº 424, de 2025. Disponível em: <https://www.tjrj.jus.br/documents/d/cgj/portaria-cgj-n-424-2025-com-retificacao-dos-fundos>. Acesso em: 23

Continuação: Arbitragem na solução de conflitos empresariais: Custo ou investimento?

ago. 2025.)

3 Cálculos feitos conforme Lei 14.634/2014, usando os valores atualizados da URC publicados pelo próprio TJRS (cálculos feitos conforme Lei 14.634/2014, usando os valores atualizados da URC publicados pelo próprio TJRS.)

4 <https://www.ccbc.org.br/cam-ccbc-centro-arbitragem/E>-mediacao/resolucao-de-disputas/>arbitragem/WegmanInt6-Bencusa> s/. Acesso em 03.06.2025

5 <https://www.camaradomercado.com.br/pt-br/arbitragem--custas-e-despesas.html>. Acesso em 03.06.2025

6 <https://www.camesbrasil.com.br/resolucao-de-disputas/>arbitragem/tabela-arbitragem> >/. Acesso em 03.06.2025

7 No Judiciário, a coluna "Tribunal Colegiado" soma custas iniciais + preparo de apelação.

8 Bases: TJRJ (Portaria CGJ nº 424/2025 - teto mínimo/máximo em R\$) e TJRS (Lei 14.634/2014 - 2,5%/1% limitados a 1.000/300 URCs; URC usada nos cálculos: ago/2025).

9 https://www.ccbc.org.br/cam-ccbc-centro-arbitragem-mediacao/wp-content/uploads/sites/10/2025/06/Facts-and-figures_2024-VF.pdf. Acesso em 03.06.2025

10 [https://www.camaradomercado.com.br/pt-br/sobre-](https://www.camaradomercado.com.br/pt-br/sobre-estatisticas.html)

-estatisticas.html. Acesso em 3/6/2025

11 <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2024/06/su-marioexecutivo-justica-em-numeros-2024.pdf> . Acesso em 3/6/2025

12 Reconhecida pelo decreto 4.311 de 23 de julho de 2002.

WegmanInt6-Bencusa Armani Sócio do escritório Bismarchi | Pires Sociedade de Advogados. Doutor em Direito Empresarial pela PUC- SP, mestre em Direito Civil pela UNIMEP, graduado em Direito pela PUC-Campinas. Professor de Direito Comercial na PUC-Campinas e na ESA. Secretário Geral Adjunto da OAB-Campinas. Autor e coautor de diversos livros e artigos jurídicos, possui mais de 20 anos de experiência na área contratual e societária. Sócio da área contratual e societária do escritório Bismarchi | Pires, ele une sólida experiência prática e acadêmica, oferecendo soluções jurídicas de alto nível para os clientes. Bismarchi | Pires Sociedade de Advogados Jansonn Mendonça Batista Coordenador da Área de Societário, Contratos e Reestruturação do Bismarchi | Pires. Especializado no atendimento de demandas consultivas e contenciosas nessas áreas, com foco na prevenção e no gerenciamento de crises financeiras empresariais. Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Itue e atualmente cursando LL.M. em Direito Societário pelo Insper. Bismarchi | Pires Sociedade de Advogados

Jurisdição em disputa: tribunais enfrentam desafios de PI

PATROCINADO



Tema de propriedade intelectual foi debatido no 45º Congresso Internacional da **ABPI**, em São Paulo, após decisão do STF sobre limites da eficácia de decisões estrangeiras, sobretudo que restrinjam o acesso ao Judiciário brasileiro

O avanço das disputas internacionais em torno da propriedade intelectual (PI) tem colocado à prova a atuação e a autonomia dos tribunais brasileiros. A natureza territorial dos direitos de propriedade intelectual entra em choque com a crescente internacionalização de atividades econômicas dependentes de padrões tecnológicos de alcance global, como 5G e Wi-Fi. Nesse cenário, o desafio é assegurar a eficácia de decisões nacionais envolvendo **patentes** brasileiras diante da pressão imposta por autoridades judiciais estrangeiras. Embora não tratasse diretamente de **patentes**, essa tensão entre a soberania nacional e ordens vindas do exterior esteve no centro da decisão proferida pelo ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), na segunda-feira (18). O caso envolveu medida cautelar expedida pela Justiça inglesa que buscava impor a entes públicos e privados brasileiros a obrigação de não litigar no Brasil.

O assunto foi tema do painel "Eficácia das decisões em matéria de PI e a manutenção da soberania dos tribunais brasileiros", realizado nesta terça-feira (19),

no 45º Congresso Internacional da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual (**ABPI**), em São Paulo. Mediada pelo advogado Eduardo Hallak, sócio do escritório Licks Attorneys, a mesa contou com a participação da juíza federal do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), Marcia Nunes de Barros, e da professora de Direito Internacional Privado da PUC-Rio, Nadia de Araujo.

Em sua abertura, Eduardo Hallak explicou o contexto da decisão do STF. "Trata-se de uma ADPF ajuizada pelo Ibram para declarar a inconstitucionalidade da atuação de municípios que buscaram litigar fora do país fatos ocorridos em território nacional. Mas, paralelamente, os municípios obtiveram na Justiça inglesa uma medida cautelar contra o Ibram, obrigando-o a desistir de um pedido feito aqui no Brasil. A decisão favorável da corte inglesa foi justamente o gatilho para a manifestação do ministro Flávio Dino. Ao rejeitar a aplicação automática dessa determinação no território nacional, o ministro reafirmou que apenas o Judiciário brasileiro pode definir os efeitos de decisões estrangeiras, em respeito ao artigo 17 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) e ao artigo 960 do CP-C", avaliou.

Com efeito, por determinação constitucional, cabe ao STJ o importante papel de filtrar o recepcionamento de decisões estrangeiras no ordenamento brasileiro, explica a professora Araujo. Sem a homologação, o provimento estrangeiro não é passível de produzir efeitos. Embora não trate de patentes, a decisão do ministro Flávio Dino traz à tona o crescente desafio dos tribunais brasileiros: assegurar a validade de sua atuação dentro do território nacional e, ao mesmo tempo, dialogar com regimes internacionais e decisões estrangeiras.

No âmbito de litígios transnacionais, a situação ga-

Continuação: Jurisdição em disputa: tribunais enfrentam desafios de PI

nha ainda mais complexidade com a proliferação de medidas chamadas "antiprocessuais", adotadas em jurisdições estrangeiras. Entre elas, a anti-suit injunction (ASI), que determina que uma das partes não inicie ou suspenda uma ação em outro país; a anti-anti-suit injunction (AASI), voltada a neutralizar uma ASI; a anti-enforcement injunction (AEI), que impede os efeitos de uma medida antiprocessual; e a anti-interference injunction (AII), voltada a proteger processos específicos de interferências externas.

"Qualquer tecnologia de celular hoje envolve milhares de **patentes**. Não se trata de licenciar uma única **patente**, mas de negociar a totalidade delas. E as medidas antiprocessuais acabam gerando escaladas, verdadeiras guerras, com litígios intermináveis que comprometem a confiabilidade do sistema judiciário e criam insegurança", afirmou a magistrada brasileira.

A professora da PUC-Rio lembra ainda que esses instrumentos são comuns em países de tradição common law - como Estados Unidos e Inglaterra - mas não possuem previsão no ordenamento brasileiro.

"Na prática, eles criam assimetrias que fragilizam a autonomia jurisdicional nacional", explica, defendendo que a cooperação internacional é indispensável e que o caminho para resoluções passa, necessariamente, por soluções multilaterais que assegurem a preservação da soberania sem abrir mão da cooperação. "Seria fundamental que os países avançassem na negociação de uma convenção internacional ou mesmo de uma lei-modelo, para que tivéssemos parâmetros comuns. Sou partidária de uma solução construída nesse plano internacional", conclui.

Contra tarifaço, Lula autoriza uso da Lei de Reciprocidade

ECONOMIA



Após taxa de 50%, Lula autoriza início de consultas para aplicar a Lei da Reciprocidade

EUA serão notificados hoje de ação. Mecanismo permite ao Brasil responder a medidas unilaterais que prejudiquem sua competitividade internacional.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva autorizou ontem o início de consultas e medidas para aplicar a Lei da Reciprocidade Econômica contra os Estados Unidos, em resposta ao tarifaço de 50% que atinge produtos brasileiros. O Itamaraty enviou a comunicação à Câmara de Comércio Exterior (Camex) e informou que os EUA serão oficialmente notificados hoje.

De acordo com o Itamaraty, o processo pode levar cerca de sete meses, pois pressupõe etapas formais de consulta aos Estados Unidos. A Camex terá 30 dias para avaliar se o caso se enquadra ou não na Lei da Reciprocidade antes que sejam aplicadas quaisquer contramedidas.

CASA BRANCA FECHADA A DIÁLOGO

Sancionada em abril, a Lei da Reciprocidade permite ao Brasil responder a medidas unilaterais de outros países que prejudiquem sua competitividade internacional. Entre as possíveis contramedidas estão

imposição de tarifas sobre importações, suspensão de concessões comerciais e investimentos, e restrições relacionadas à **propriedade** intelectual.

A decisão foi tomada após consultas com o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, e reflete a percepção do governo de que o diálogo com Washington tem sido unilateral e fechado a ponderações do Brasil. A expectativa é que a medida abra espaço para negociação, mas, caso não haja acordo, o país seguirá com a aplicação plena da lei.

Além da Lei da Reciprocidade, o Brasil iniciou consultas na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra o tarifaço e contratou um escritório de advocacia nos EUA. Autoridades brasileiras negam qualquer ligação entre o início do processo e o julgamento de Jair Bolsonaro no Supremo Tribunal Federal (STF), previsto para 2 de setembro.

A Lei da Reciprocidade autoriza o Poder Executivo, em coordenação com o setor privado, "a adotar contramedidas na forma de restrição às importações de bens e serviços ou medidas de suspensão de concessões comerciais, de investimento e de obrigações relativas a direitos de **propriedade** intelectual e medidas de suspensão de outras obrigações previstas em qualquer acordo comercial do país".

A norma ainda ressalta que as contramedidas deverão ser, dentro do possível, proporcionais ao impacto econômico causado pelas ações unilaterais de comércio, financeiras ou de investimentos prejudiciais ao Brasil.

Índice remissivo de assuntos

Pirataria | Biopirataria
3

Patentes
5, 20

Propriedade Intelectual
7, 9, 22

Marco regulatório | INPI
9

Direitos Autorais
11, 13

ABPI
13, 20

Arbitragem e Mediação
13, 15